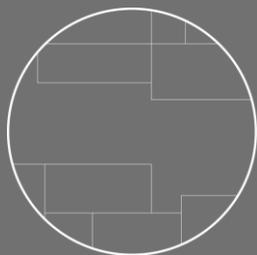




N O V A S
FRONTEIRAS ESPM

Revista Acadêmica dos Alunos de Relações Internacionais da ESPM-Sul



N O V A S FRONTEIRAS

ESPM

Revista Acadêmica dos Alunos de Relações Internacionais da ESPM-Sul

CONSELHO EDITORIAL

Direção

Prof. Diego Pautasso

Prof. Cristian Salaini

Prof. Sérgio Wollman

Coordenação da Revista Acadêmica

Ana Julia Bonzanini Bernardi

Coordenação de Arte

Ítalo Brunneto de Rocco

Apoio Técnico

Thiago Braga

Bruna Hohensee



1ª EDIÇÃO - MARÇO | 2014

AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: a liderança brasileira na MINUSTAH

Marcelle Moreira Pujol

FRAGMENTAÇÃO DO DIÁLOGO POLÍTICO ENTRE AS AMÉRICAS: o caso de Cuba na VI Cúpula das Américas e os impactos à cooperação

Bibiana Santos

A FORMAÇÃO DA COLÔNIA FRANCESA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A CIDADE DE PELOTAS

Alice Saccaro

A POLÍTICA DAS CULTURAS: a conexão do global com o local da questão afro-brasileira em tratados internacionais

Henrique Braunstein Raskin

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL: a dança dos paradigmas, o estado normal e a política externa na década de 1990

Augusto Gavioli

O PRÉ-SAL E A ESTABILIDADE ECONÔMICA BRASILEIRA: o país está imune a possíveis choques na oferta de petróleo?

Luis Fernando Krás Couto

OS IMPACTOS DOS REGIMES AUTORITÁRIOS NA CULTURA POLÍTICA HUNGARA: análise da ocupação Soviética e seus legados no período inicial de restauração democrática (1985-1994)

Ana Julia Bonzanini Bernardi

VICIADOS EM ROUPAS: identidade, consumo e descolonização

Maria Fernanda Gonzalez

A FORMAÇÃO DA COLÔNIA FRANCESA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A CIDADE DE PELOTAS*

THE FRENCH COLONY GROWTH IN THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY AND ITS IMPORTANCE TO THE CITY OF PELOTAS

Alice Saccaro[†]

Resumo

Este artigo busca analisar a imigração de franceses para o Rio Grande do Sul, mais especificamente para a cidade de Pelotas. Percebe-se que no início do século XIX a imigração teve como papel principal o de povoar o Brasil. Nesse contexto, este trabalho procura apontar a forma como se deu a formação da Colônia Francesa na região sul do Estado, bem como a importância que ela teve para a região.

Palavras-chave: Imigração, Franceses, Pelotas.

Abstract

This article seeks to analyze the French immigration to Rio Grande do Sul, specifically to the city of Pelotas. It is perceived that in the beginning of 19th century the immigration had the main role to populate Brazil. In this context, this paper seeks to point how the French Colony was formed in the south part of the state, as well as its importance for the region.

Keywords: Immigration, French, Pelotas.

* Agradeço aos professores Fábio Pesavento, Rosana Pinheiro Machado e Thomas Kang, assim como a Thales Augusto Zamberlan Pereira, pela ajuda para a realização desse artigo.

[†] Aluna do curso de Relações Internacionais na ESPM-Sul Email: ali.saccaro@gmail.com

Introdução

A Europa, e conseqüentemente o mundo, passou por diversas mudanças no século XIX, em função de diferentes movimentos sociais, tais como guerras, expansão de mercados e demais desdobramentos daquelas transformações. A Revolução Francesa, em 1789, surgiu como um desafio para a *Pax Britannica*. A ascensão de Napoleão, em 1799 foi considerada uma continuação deste movimento. Nesse período, ocorreu também na Inglaterra um novo impulso no seu processo de industrialização com o emprego de novas tecnologias, como o vapor e a energia elétrica.

Nesse sentido, o progresso tecnológico é nítido ao longo do XIX, especialmente na Europa. Com esse aumento de padrão das técnicas e procedimentos, há um maior êxodo rural para trabalhar nas indústrias, sendo que muitas pessoas foram embora do campo pela concorrência do produto industrial ou pela ausência de meios de produção, sendo o principal a terra. Esse aumento de tecnologia e melhoria em algumas áreas causou uma explosão demográfica, sendo que esse aumento na população trouxe dificuldades cada vez maiores para as mesmas (REZENDE, 1999).

Dessa forma, havia na Europa um excesso populacional, que não era totalmente absorvido pela indústria e agricultura. Conseqüentemente, esses indivíduos acabavam enfrentando más condições de vida. Em outras partes do mundo ocorria o contrário. Na América, em especial, havia fatores de atração, sendo os principais a serem citados: a maior facilidade de acesso a terra, possibilidades de trabalho e de enriquecimento. Assim, foi na segunda metade do século XIX, que as imigrações europeias para a América aumentaram significativamente de volume. A queda no custo de transporte, em especial a navegação a vapor, levou a um aumento considerável nas migrações. Entre os anos de 1820 e 1914, 60 milhões de europeus migraram para o continente americano (FINDLAY e O'ROURKE, 2007). Portanto, pode-se afirmar que o custo do transporte foi determinante para que essas pessoas, que não possuíam condições financeiras favoráveis, pudessem vir para a América.

No Brasil, a questão da imigração começou a ser pensada e discutida a partir de 1808 com a chegada da família real no Rio de Janeiro. É depois desse evento que a imigração passou a ter uma finalidade exclusivamente demográfica. (PRADO JR., 1984) Ou seja, o principal objetivo da imigração nesse período era o de colonização, para aproveitar áreas desocupadas, tendo-os como pequenos agricultores. A primeira colônia do Brasil nesses moldes foi a de Nova Friburgo, em 1818, com imigrantes suíços. Em seguida, em 1824, estabeleceu-se o núcleo colonial de São Leopoldo, com imigrantes de origem alemã (WITT, 2008).

Portanto, este artigo tem como objetivo estudar o caso da imigração francesa para o Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, bem como a sua importância para Pelotas. Entre as justificativas para a realização desse trabalho, destacam-se o interesse pessoal pelo tema abordado, assim como a motivação causada pelas disciplinas relacionadas ao assunto.

A análise se iniciará com a narração do fim do tráfico de escravos, fator que impulsionou a busca por imigrantes. Além disso, serão apontadas as políticas de imigração realizadas no Brasil nesse período, as quais tinham a intenção de atrair esse fluxo populacional. Em seguida, será estudado o início da criação da colônia francesa no estado, apontando como se deu o início dessa colonização na região sul do estado. No final, será mostrada a importância que essa imigração trouxe para a cidade de Pelotas, com as diversas economias que os colonos inseriram na localidade.

Para se atingir o que foi proposto, a vertente de pesquisa adotada foi a qualitativa, por se tratar de um estudo que visa analisar os fatos que circundam a imigração francesa no Rio Grande do Sul. O artigo apresenta um estudo exploratório, na medida em que reflete uma apresentação com essa problemática, buscando desenvolver conceitos e ideias inerentes ao abordado episódio histórico (GIL, 2008). O cunho do trabalho é teórico-empírico, pois foi feita pesquisa bibliográfica e documental. As principais técnicas de coletas de dados deram-se a partir da análise de artigos sobre o tráfico de escravos, livros sobre a história do período, bem como de documentos da época que narram o que estava sendo feito sobre a questão da imigração.

Negócios e Fim do Tráfico

O objetivo dessa seção é o de mostrar que, tanto o fim do tráfico de escravos para o Brasil, como o processo para que isso ocorresse, aumentou significativamente a imigração. A vinda de imigrantes para o país foi vista como meio para resolver diversas questões, entre elas a falta de mão de obra que estava começando a aparecer com a libertação dos escravos.

A questão do fim do tráfico de escravos é algo que aparece desde os primeiros anos da presença da Família Real em solo brasileiro, no início do século XIX. Sua forte relação com a Inglaterra, país que detinha a hegemonia na época, fez com que diversos tratados fossem assinados no período. A abolição da escravidão aparecerá pela primeira vez nos Tratados de 1810:

Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal, estando plenamente convencido da injustiça e má política do comércio de escravos, e da grande desvantagem que nasce da necessidade de introduzir e continuamente renovar uma estranha e factícia população para entreter o trabalho e indústria nos Seus domínios do Sul da América, tem resolvido de cooperar com Sua Majestade Britânica na causa da humanidade e justiça, adotando os mais eficazes meios para conseguir em toda a extensão dos Seus domínios uma gradual abolição do comércio de escravos. (BONAVIDES; AMARAL, 2002 apud ALVES, 2005, p. 78).

Devido a esse tratado e as pressões diplomáticas que a Inglaterra vinha exercendo sobre o país para o término da escravidão a partir de 1840, os proprietários das fazendas de café começavam a requisitar os imigrantes que chegavam no Brasil. Com isso, "os cafeicultores paulistas pretendiam aproveitar o imigrante para solucionar seus problemas de mão de obra, já que se prenunciava a extinção do tráfico de escravos." (PETRONE, 1984, p.20).

Em 1850, o fim gradativo da escravidão estava ainda mais próximo. Nesse ano, foi aprovada, sob forte pressão de autoridades inglesas, a Lei Eusébio de Queirós, que "aboliu definitivamente o tráfico do cenário nacional" (CAVALCANTE, 2005, p.1). A partir de agora, tornava-se mais imediata a necessidade de se pensar em uma alternativa para a mão de obra escrava. Foi a partir desse ano que a chegada de imigrantes no país começou a se tornar significativa, com a entrada de cerca de 117.000 imigrantes. (PETRONE, 1984) A queda brusca na entrada de escravos em 1850, bem como o aumento que começou a haver nas imigrações dentro de um curto período após esse evento, pode ser visto no gráfico 1.

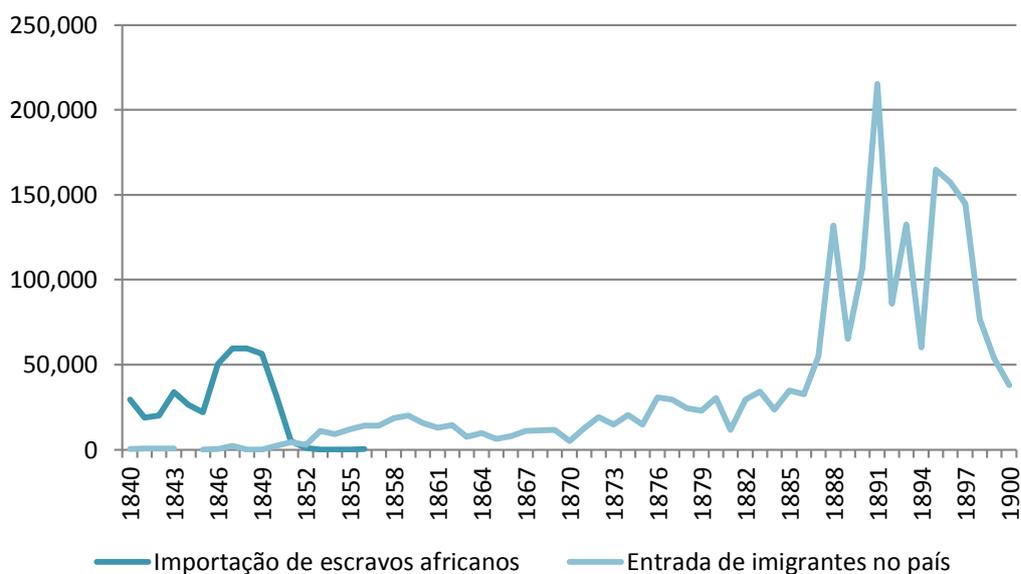


Gráfico 1 – Tráfico de escravos e entrada de imigrantes, 1840-1900.

Fonte: IPEADATA.

A questão abolicionista irá ganhar um maior ânimo no país a partir da década de 1870, com o término da Guerra do Paraguai. Essa guerra "deu ocasião a primeira medida prática no

sentido da abolição.” (SKIDMORE, 1974, p.31). Isso se deve ao fato de que, devido à necessidade de ter soldados no exército, o governo imperial decretou que os escravos que participassem da guerra receberiam emancipação. Porém, a campanha de fato passou a ser ainda maior a partir de 1871, quando o assunto passou a ser discutido no Parlamento. Dessa forma, “entre 1885 e 1888 cresceu de maneira vertiginosa o movimento agora abolicionista (e não simplesmente emancipacionista)” (FERNANDES, 2006, p. 182).

A partir de 1885, a escravatura já apresentava “evidentes sinais de falência social” (SKIDMORE, 1974, p. 32). Em 13 de maio de 1888 foi sancionada a Lei Áurea (Lei Imperial nº 3.353), que extinguiu definitivamente a escravidão no Brasil. Porém, vale lembrar que nesse período, diversas localidades já não possuíam mais escravos há alguns anos, como é o caso da cidade de Porto Alegre, onde a abolição da escravidão ocorreu em 1884 (PEREIRA, 2011).

Esse momento da história fez com que a imigração aumentasse consideravelmente, como pode ser analisado no Gráfico 1. Nessa década e na próxima, a entrada de estrangeiros no país foi ainda mais significativa do que nas anteriores, “atingindo na década de 1880 cerca de 527.000, constatando-se o ponto culminante na entrada de 1890, quando entraram no país mais de 1.200.000 imigrantes.” (PETRONE, 1984, p. 11).

Portanto, percebe-se que o fim do tráfico de escravos fez com que o fluxo imigratório aumentasse ainda durante o período em que era estudado. Porém, foi após a abolição da escravatura que a quantidade de imigrantes que entraram no Brasil aumentou significativamente. Para que essa imigração ocorresse, tanto o governo Provincial como o Imperial tiveram que começar a pensar em formas de regulamentar algumas questões referentes ao assunto.

Políticas de imigração

As primeiras políticas de imigração que existiram no país surgiram no início do século XIX, com a chegada da família real no Brasil. Elas tinham o foco na colonização, em especial para ocupar áreas que eram desabitadas. Porém, ao contrário do que ocorreu em partes do Brasil, onde essas políticas foram alteradas após um período, no Rio Grande do Sul elas se mantiveram. O seu foco era o de atrair colonos para habitação e desenvolvimento de novas economias, bem como a ocupação de áreas de fronteira, para se proteger de possíveis invasões.

O Brasil possuiu diversas leis quanto ao processo de imigração. Porém, em 1830, o Império aboliu as despesas com a colonização e, em 1834, passou essa tarefa para as províncias. No período que abrangeu as décadas de 1830 a 1840, a imigração europeia foi suspensa no Rio

Grande do Sul, “pela pressão que os latifundiários do Sul fizeram ao governo imperial, justificando que destinar verbas à colonização significava mais uma 'concessão à política abolicionista preconizada pela Inglaterra” (HERÉDIA, 2001). Porém, já no final da década de 40, as políticas de imigração foram retomadas na Província.

Em 28 de outubro de 1848, em relação às terras, foi decretada a Lei Imperial de número 514, que “determinava que os colonos deveriam fazê-las produzir no prazo de cinco anos, sem cumprir essa condição perdiam o direito de posse das mesmas, e, uma vez que também não podiam transferi-las a outrem, estas se revertiam para o domínio provincial.” (GRANDO, 1990, p. 177). Com a Lei de Terras de 1850, o governo suspendeu as doações das mesmas, sendo que elas passaram a ser vendidas, dando uma maior prioridade para europeus que possuíssem origem camponesa. Agora, além do fato de todas as terras somente poderem ser adquiridas através da compra, deixando-as de serem vistas como um privilégio, mas sim “como uma mercadoria capaz de gerar lucro” (CAVALCANTE, 2005, p.5), também era proibida a sua ocupação por posse.

Nessa época, mais especificamente em torno de 1870, havia uma grande dificuldade no recrutamento de imigrantes europeus para o Rio Grande do Sul. Um dos fatores, conforme apontado pelo presidente da província nesse período, Francisco Xavier Pinto Lima, seria a guerra franco prussiana. Outro fator, ainda segundo ele, seria:

A inconsistência e a falta de estabilidade de medidas para convidar a imigração é outra causa do seu retardamento, porquanto muitas vezes as vantagens concedidas por uma lei, são revogadas pouco depois com prejuízo de quem sobre elas calculou, como já tem acontecido. Daqui provém muita desconfiança contra nós e hesitação em procurar-se esse belo torrão. (LIMA, 1871, p. 27)

Outra razão que aparece também para contribuir com a diminuição da entrada de imigrantes no Rio Grande do Sul foi a proibição ou restrição de alguns países em relação à propaganda a favor da imigração para o país por volta da década de 1860. Como exemplo, a Prússia vetou propagandas favoráveis à imigração para o Brasil. Já “em 1871, em todo o império alemão achava-se suspensa a qualquer ajuda a imigração para o Brasil [...]” (GRANDO, 1990, p. 183).

A colonização estava, basicamente, a cargo do Governo da Província. Mas, a pedido do mesmo, era em alguns casos também promovida pelo Governo Imperial. Na maioria dos casos, os contratos para a busca de imigrantes se davam com empresas particulares. Em um dos casos, “o contrato do governo Provincial com Caetano Pinto e Irmão e *Holtzweissig & Cia*, em 1871, obrigava os contratados a introduzirem na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul 40

mil imigrantes em um prazo de 10 anos.” (GRANDO, 1990, p. 184). Essa atitude revela uma tentativa do governo para aumentar a importação de mão de obra, que possuía uma importância fundamental nesse período para o desenvolvimento da Província.

Portanto, percebe-se que o governo buscava atrair imigrantes para colonizar a região e aumentar o desenvolvimento da Província. Colônias com imigrantes de diversas nacionalidades foram criadas, sendo que a região sul do Estado foi o local escolhido para a criação do maior núcleo de imigrantes franceses.

A criação da Colônia Francesa no Rio Grande do Sul

A colonização francesa no Rio Grande do Sul teve dois momentos importantes. O primeiro foi a criação das primeiras colônias, a de São Feliciano, atual cidade de Dom Feliciano, Dona Isabel, atualmente Bento Gonçalves e Conde D’Eu, onde hoje se localiza o município de Garibaldi. As duas últimas, porém, acabaram se tornando núcleos de imigração italiana a partir de 1875. Em um segundo momento, quatro anos depois, houve a criação de uma segunda Colônia, a de Santo Antônio.

Seguindo a Lei número 514, de 28 de outubro de 1848, o Governo Provincial requisitou do Governo Imperial as terras consideradas devolutas localizadas “sobre a serra do Rio Camaquã e determinou, no ano de 1857 (Lei número 385, de 26 de novembro), a criação de mais um colônia agrícola para nacionais e estrangeiros por conta da província [...]” (GRANDO, 1990, p. 179). Essa nova colônia foi, tempos depois, nomeada São Feliciano.

A criação definitiva da colônia foi decretada em 1861, através da Lei número 466, de Dois de abril do mesmo ano. Os lotes da colônia deveriam ser divididos de acordo com a Lei Provincial, datando de 30 de novembro de 1854, que introduziu na Província o sistema de vendas de lotes aos colonos, ao invés da doação. (GRANDO, 1990). Os principais motivos para a demora da primeira solicitação até a sua criação foi a demora em diferenciar as terras públicas das particulares, e, conseqüentemente, o atraso na medição dos lotes.

Em relação ao recrutamento dos colonos, os que mais despertavam a atenção governamental eram os de origem estrangeira. No caso dos franceses, nessa época eles eram vistos pela elite nacional como o centro da civilização e da alta cultura, o que fez com que houvesse uma preferência por eles frente a imigrantes de outras nacionalidades (PEREIRA, 2011). Em correspondência datada de agosto de 1873, o agrimensor Savart de Saint Brisson citava que estavam sendo esperados para São Feliciano pelo menos 200 franceses. Os imigrantes que chegaram nessa colônia com más condições financeiras tinham que comprar as

suas terras a prazo, sendo essa mais uma dívida a se somar às outras, como as da viagem da Europa, implantação nessas terras, bem como materiais como ferramentas e sementes que seriam usadas no trabalho.

A colônia de São Feliciano não deu certo por diversos motivos. Dentre diversos fatores, o primeiro que se pode citar é a demora entre o seu decreto até a ocupação, o que fez com que densas matas se formassem nos lotes, dificultando, assim, o trabalho dos colonos. Algumas colônias não deram tão certo devido ao isolamento geográfico (PEREIRA, 2011). Nesse caso, a colônia de São Feliciano encontrava-se afastada das vilas, o que acabava dificultando o comércio, bem como a aquisição de bens que não eram produzidos na localidade.

O terceiro motivo encontrado foi o fato de os solos dessa região não serem de melhor qualidade, além de possuírem materiais escassos, sendo que havia apenas instrumentos para trabalhos manuais. Ainda em relação à terra, o sistema de culturas não seguiu orientação nenhuma, sendo que ele ia sendo determinado conforme as necessidades dos imigrantes que aí residiam (GRANDO, 1990).

Como melhoramentos não foram promovidos nem pelos colonos, nem pelo governo, e as condições de vida ficavam cada vez piores, aqueles começaram a abandonar, aos poucos, São Feliciano, próximo da década de 1880. Esse fator pode ser observado na tabela abaixo, que representa uma comparação entre a quantidade de imigrantes franceses habitando a colônia e moradores de outras origens. Percebe-se que, no primeiro ano da Colônia, ela “constituía-se de 84 pessoas, sendo 80 franceses, três suíços e um brasileiro. [...] dedicavam-se todos a agricultura, apesar de haver entre eles 12 pessoas com ofícios diferentes” (GRANDO, 1990, p.185). No ano de 1877, um equívoco administrativo entre o Império e a Província, dá como eliminada a colônia de São Feliciano. Os imigrantes começaram a abandonar a colônia enquanto os que ficaram não receberam mais nenhuma forma de apoio do governo (BETEMPS, 1999).

Habitantes da Colônia São Feliciano	Ano 1874	Ano 1876	Ano 1878	Ano 1881
Moradores Franceses	80	147	96	40
População Total	84	167	165	188

Tabela 1: Habitantes da Colônia São Feliciano, por ano.

Fonte: BETEMPS, 1999.

Por volta do final do ano de 1879, os imigrantes começam a procurar novos locais para

viver. A segunda localidade, a Colônia de Santo Antônio, começou a ser habitada oficialmente em 1880. Nesse caso, entrará em questão a política de imigrações privadas, diferente do que foi apresentado na Colônia de São Feliciano. Aqui, “como se observou, a alavanca impulsionadora da colonização na região serrana de Pelotas foi o desejo de investimento imobiliário dos grandes proprietários de terra na Serra dos Tapes, [...]”. (ANJOS, 1996, p. 52). A localização dessa antiga colônia é onde atualmente se encontra o distrito de Quilombo, a 40 km do centro da cidade de Pelotas.

Portanto, percebe-se que o descuido do governo em relação a algumas de suas colônias, bem como as más condições em que esses imigrantes chegaram, foram alguns dos fatores que levaram a decadência da colônia de São Feliciano. Porém, nota-se que no caso das colônias privadas, elas foram mais bem sucedidas, fazendo com que os colonos que se mudavam para ela comessem a prosperar.

A importância da Colônia Francesa para a cidade de Pelotas

Um dos maiores problemas que o historiador encontra quando se trata de colonização e imigração no Brasil, são os dados estatísticos (PETRONE, 1984). No caso da colonização no Rio Grande do Sul, não se encontram números exatos sobre a quantidade de imigrantes que aqui se estabeleceram. Porém, no caso da cidade de Pelotas, outros registros podem ser usados para se ter uma representação numérica das diferentes nacionalidades.

Entre 1859 e 1875 entraram na Província 12.563 imigrantes, sendo 648 de origem francesa (CASTRO, 1876). Porém, não se sabe a quantidade exata dessas pessoas que se estabeleceram na região de Pelotas. Uma proporção aproximada das nacionalidades dos habitantes dessa área na segunda metade do século XIX pode ser observada nos dados de registros da Santa Casa de Misericórdia da cidade.

Na tabela abaixo, percebe-se que os portugueses foram os principais colonizadores da cidade, mantendo a sua superioridade nos dois períodos. Em seguida, percebe-se a maior quantidade de alemães e italianos, que se revezam no segundo lugar, sendo que os italianos são superiores no segundo quartel do século devido à imigração promovida pelo governo Imperial e Provincial para esse grupo. Em relação aos franceses, percebe-se que mesmo antes da fundação das colônias de Dom Feliciano e Santo Antônio, eles já se destacavam como grupo populacional na cidade, sendo que a sua população aumentou 2,5 vezes de um período para o outro.

Registro de Internação na Santa Casa de Misericórdia			
Nacionalidades	Entre 1850 e 1875	Entre 1876 e 1900	Entre 1850 e 1900
Portugueses	1888	2151	4039
Italianos	87	1036	1123
Alemães	408	698	1106
Uruguaios	239	613	852
Espanhóis	162	473	635
Franceses	162	403	565

Tabela 2: Registro de Internação na Santa Casa de Misericórdia.

Fonte: HALLAL, 1996.

Logo no início, os colonos franceses se dedicaram à agricultura, sendo que os primeiros produtos cultivados foram feijão e milho, ou seja, produtos para a sua subsistência. Enquanto os colonos esperavam pelo período da colheita, os imigrantes juntavam cascas de plantas nativas, como por exemplo, de arueira e goiabeira, que eram levados aos curtumes de Pelotas, onde eram usados na produção de couro. Além disso, devido à derrubada das matas, também houve um comércio de madeiras de diversas espécies. (GRANDO, 1990)

Porém, a Colônia de Santo Antônio começou a ganhar notoriedade com as culturas da uva e da alfafa. Em relação à plantação de uva, os franceses foram os pioneiros na região do município de Pelotas. Eles “escolheram um traço cultural trazido da França e deram início à vinicultura” (BETEMPS; CERQUEIRA, 2007, p.3). A maioria da produção era destinada para consumo próprio, sendo que essa cultura não foi possível se tornar mais comercial devido à concorrência com outras colônias, em especial da Serra Gaúcha, bem como devido à falta de apoio governamental.

Entre os anos de 1880 até próximo ao final do século XIX, a alfafa foi inserida na Colônia de Santo Antônio e se tornou a principal fonte de renda dos colonos nesse período. Os imigrantes franceses foram os primeiros a cultivar alfafa como uma cultura extensiva, tornando a sua colônia o centro produtor desse produto na região. Esse produto foi a primeira cultura explorada para fins comerciais pelos imigrantes, sendo que nesse momento os agricultores conseguiram obter um maior lucro. Esse fato se deve à uma demanda interna considerável por esse material, que tinha que ser suprida pela importação, na maior parte da Argentina. A alfafa era principalmente usada para os animais de tração que eram utilizados nas fazendas, bem como para os animais que serviam para o transporte de cargas e pessoas.

Com essa integração ao sistema econômico, a colônia pôde começar a corresponder às expectativas, em especial dos governos. Essa expectativa era a de introduzir uma agricultura que produzisse excedentes em uma região em que apresentava destaque para a pecuária e a indústria do charque, mas poucas atividades agrícolas. Com o tempo, além da agricultura,

começou a surgir um comércio local, um artesanato variado e, mais tarde, a agroindústria. (GRANDO, 1990)

No final do século XIX, iniciou-se um processo de substituição dos parreirais por pessegueiros. A partir desse momento, os imigrantes inseriram um dos seus maiores legados na economia da cidade de Pelotas: a fruticultura e a produção de compotas de frutas. Em 1867, o imigrante francês Amadeo Gustavo Gastal foi à França para buscar conhecimentos sobre o beneficiamento industrial de frutas. Da França também importou os equipamentos necessários para essa produção, e, em 1868 produziu as primeiras compotas de pêssego. “Seus produtos eram de excelente qualidade e vendidos em embalagens requintadas, com vistosos e coloridos rótulos de fabricação francesa”. (GRANDO, 1990, p. 104). Essa atividade, diferentemente da vitivinicultura, não surgiu como uma atividade destinada para o abastecimento familiar e da colônia. Desde o seu começo:

Esteve [...] integrada na estrutura de uma economia comercial. Pode contar com um mercado urbano já firmado e com certo grau de satisfação. Graças as relações comerciais já amplamente estabelecidas pela economia local, inseriu-se no mercado nacional, onde o produto ganhou renome pelo volume e qualidade.” (GRANDO, 1990, p. 104).

Próximo ao final do século, essa indústria já era um assunto abordado por algumas mídias que se encontravam na cidade, como a Revista Agrícola do Rio Grande do Sul, em especial devido às diversas situações favoráveis a essa cultura que se encontravam na localidade. No ano de 1900 surgiu a primeira fábrica de conservas de pêssego em calda da região, localizada na Colônia de Santo Antônio, sendo que depois dessa, outras também começaram a surgir, não só na própria colônia como por toda a região em torno da mesma.

Com o passar dos anos, essa cultura foi se tornando cada vez mais importante para a economia da cidade. O cultivo do pêssego se espalhou para as outras colônias. Já no século XX, na década de 20, essa indústria apresentava um grande crescimento. Esses pioneiros foram quem auxiliaram no crescimento da economia da cidade, bem como foram de importância fundamental para Pelotas passar a ser “reconhecida como a cidade do doce e a maior cidade produtora de pêssegos”. (BETEMPS, 1999, p. 11).

Considerações Finais

Percebe-se que a imigração francesa teve uma importância significativa tanto para a cidade de Pelotas como para a região em torno da mesma. Mesmo com a dificuldade de se

conseguir estabelecer um núcleo permanente com esses colonos, a partir da criação da colônia de Santo Antônio, conclui-se que houve um desenvolvimento econômico envolvendo esses imigrantes e a região.

O término do tráfico de escravos fez com que o governo Imperial começasse a dar uma maior ênfase nas políticas de imigração, sendo a principal intenção a substituição de mão de obra escrava pela assalariada. No Rio Grande do Sul, porém, não houve essa substituição. As principais medidas ainda visavam atrair o imigrante para colonizar a Província, e, junto a essa habitação, desenvolver algum ramo de atividade econômica.

Foi exatamente esse processo que aconteceu com o núcleo de imigração francesa em Pelotas. A partir de 1880, com a instalação da nova colônia, eles começaram se dedicar a diferentes culturas. Em um primeiro momento, eles apenas produziram agricultura de subsistência. Em um segundo instante, passaram a produzir vinhos. Porém, essa atividade não obteve um grande êxito, pois não se voltou a questões comerciais, além da concorrência de produtores de outras regiões do estado.

A primeira atividade que foi voltada para questões comerciais foi o cultivo de alfafa. Essa cultura acabou sendo importante também pela importância que representou ao estado no momento em que se pôde reduzir as importações desse produto. Naquela época, essa mercadoria tinha uma importância fundamental não só para esses colonos, mas também para outros ramos da atividade econômica.

Próximo ao final do século XI e início do século XX, com o declínio da alfafa, esses imigrantes começaram o cultivo de pêssegos. Essa cultura teve uma importância fundamental para a região, em especial após o surgimento da indústria. Essa nova atividade, mesmo que produzindo de maneira colonial e em pequena escala doces em calda, começou a dar destaque para a região.

Para se ter uma noção da importância e da evolução desse setor, nos anos de 1980, a região de Pelotas passou a possuir a maior concentração do emprego na indústria alimentícia gaúcha e a segunda maior quantidade de empresas desse setor instaladas na região. Esse aumento foi causado, principalmente, pelo crescimento apresentado por setores de produtos alimentares diversos, como massas, biscoitos, conservas e refeições concentradas. (ARAÚJO, 2004)

Atualmente, a cidade de Pelotas é conhecida, em grande parte, pela sua indústria de doces e força no setor alimentício. Não se pode ignorar a importância que os imigrantes franceses tiveram no processo, já que, através de algo presente na sua cultura, auxiliaram de forma tão importante a região de Pelotas.

FURTADO, Ires de Oliveira. *et al.* **Estudo da Influência Cultural dos franceses na Formação Etnográfica do Rio Grande do Sul.** In: Congresso de Iniciação Científica, 17, 2008, Pelotas. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/cic/2008/cd/pages/pdf/CH/CH_01577.pdf>. Acesso em: 15 abril 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª Edição, São Paulo: Atlas, 2008.

GRANDO, Marinês Zandavalli. A colonização não portuguesa no município de Pelotas. **ENSAIOS FEE - Fundação de Economia e Estatística**, Porto Alegre, n. 5, p. 47-55, 1984. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/456/688>. Acesso em: 10 abril 2011.

GRANDO, Marinês Zandavalli. **Pequena agricultura em crise:** o caso da “Colônia Francesa” no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1990.

HERÉDIA, Vania. Imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. **SCRIPTA NOVA: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona. n. 94, s.p. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>>. Acesso em 01 junho 2011.

Le GOFF, Jacques. **Uma breve história da Europa.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LIMA, Francisco Xavier Pinto Lima. **RELATÓRIO:** Relatório de abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Porto Alegre, 1871. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/903/000027.html>>. Acesso em: 01 maio 2011.

PEREIRA, Thales Augusto Zamberlan. **Entrevista pessoal.** Porto Alegre, 2011.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil.** 30. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

REZENDE, Cyro. **História Econômica Geral.** São Paulo: Editora Contexto, 1999.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao Sol:** estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2008.